

## O ARTIFÍCIO DA ALFABETIZAÇÃO: CAMINHOS METODOLÓGICOS E A COMPLEXIDADE DO PROCESSO

José Ramos Barbosa da Silva<sup>1</sup>  
Mayara da Silva Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

A alfabetização, em sociedades grafocêntricas, é um conhecimento básico necessário para quem se inicia no processo de escolarização e é uma das colunas fundamentais para aquisição e desenvolvimento de outras habilidades durante a vida. Processo que deveria ser iniciado na infância, como pilar importante do âmbito escolar. Noção que, pela complexidade que reúne, alia-se ao desenvolvimento da sociedade em mundos escritos, ao desenvolvimento da criança como ser social, aos métodos de ensino fundamentados, aos encontros do letramento com a alfabetização, aos conceitos imprecisos da própria alfabetização. Contendas que tendo como referência elementos da história da alfabetização compõem as preocupações deste artigo, que objetiva fazer um *detour* pelos métodos de alfabetização mais praticados no Brasil, com visitas às contribuições da Base Nacional Comum Curricular (2019), tendo apoio na observação de uma prática de alfabetização, vivenciada com crianças, numa escola pública de João Pessoa (PB). Trabalho delineado como pesquisa exploratória, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Como resultado ainda em construção, apresentamos que todos os métodos de alfabetização, em ordens diversas, tanto os sintéticos quanto os globais, passeiam pelos mesmos elementos que nomeiam a alfabetização, tanto pelos elementos mecânicos presentes a ela quanto pelos usos dela em atividades sociais. Defendemos ainda que a alfabetização deve ser parte da educação de crianças, para que enfrentem, com desenvoltura, em fases posteriores, os desafios da vida grafocêntrica neste mundo mutante permanentemente.

**Palavras-chave:** Alfabetização, letramento, BNCC, métodos de alfabetização.

### INTRODUÇÃO

A alfabetização – enquanto compreensão do funcionamento de um sistema e de seu uso apropriado para a codificação da língua oral em língua escrita (escrever) e da equivalente decodificação da escrita em língua oral (ler) – é um processo antigo que se inicia tão logo foram inventados os diversos sistemas de escrita. Quem os inventou, teve sempre a preocupação de fornecer a chave para que outras pessoas pudessem compreender o sistema usado para a apreensão dos significados das escritas. Com essa natureza, para que os sistemas de escrita continuassem a ser reconhecidos, foi preciso que uma geração ensina-se à outra o como fazê-lo. Quando esse elo viu-se interrompido ou trocado por outro modelo esse sistema ficou, na maioria das vezes, sem decifração. Segundo Cagliari (1998, p. 13), “Os sistemas de escrita nunca tiveram nada de muito estranho ou misterioso em si, pelo contrário, sempre

<sup>1</sup> Professor Doutor do Departamento de Metodologia da Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba – DME/CE/UFPB, [barbossa2@hotmail.com](mailto:barbossa2@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [mayara\\_costa01@hotmail.com](mailto:mayara_costa01@hotmail.com)  
(83) 3322.3222

foram simples e práticos”. Por isso, Cagliari (idem) conta que, “ensinar as novas gerações a usar o sistema de escrita sempre foi uma tarefa fácil e de certa forma banal”. Segundo suas explicações, podemos concluir que as primeiras formas de alfabetização eram populares. Situação que explica porque Hamurabi resolveu publicar em praça pública o código de leis que regia a Mesopotâmia, por volta do século XVIII a. C., no intuito de o povo se portasse de acordo com as exigências legais da época. Ainda, de acordo com Cagliari (1998, p.14):

A humanidade descobria que, quando uma forma gráfica representa o mundo, é apenas um desenho; mas, quando representa uma palavra, passa a ser uma forma de escrita. A partir dessa descoberta, criar um sistema de formas gráficas, figurativas ou não, para representar palavras ou frases ou mesmo histórias, era um passo fácil de ser dado.

Historicamente, a escrita surgiu do sistema de contagem, feito com marcas de cajado ou ossos. Registro que passou a ser usado nas trocas e vendas, com apontamentos próprios para a quantidade de animais, do tipo de animal, de produtos negociados, de nomes de proprietários e das circunstâncias da negociação. Ser alfabetizado era saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los.

Segundo Fischer (2009), os registros da escrita variaram ao longo do tempo. Cada comunidade criou sua própria forma de expressão escrita. No Zaire, há 9.000 a. C., usou-se o osso, como sendo o mais primitivo instrumento da escrita; os seixos azilienses surgiram da cultura paleolítica de Mas d’Azil, no sul da França, há 8.000 a. C., e eles parecem ter sido a primeira escrita pictórica do mundo; da cultura vincã, na România, descobriu-se mais de 210 símbolos entalhados em cerâmica, datados de 5300-4300 a. C., que representavam algo, assegurando que o que distingue o homem dos outros animais é a sua capacidade de abstração; marcas padronizadas em argilas apontam ter havido um sistema de escrita na Bulgária, antes de 4000 a. C.. Cada registro com características e suportes próprios, como dado que informa que a escrita foi inventada de modo arbitrário, autônomo, sem se prender a uma única lógica. Cada povo inventou a sua, e por um sistema totalmente independente, umas mais exatas e outras mais interpretativas.

Porém, com a necessidade de se alcançar uma escrita precisa, ainda de acordo com os estudos de Fischer (2009), alguns povos, principalmente os sumérios, criaram e aperfeiçoaram uma escrita baseada na categorização de fonemas, nascendo daí a escrita fonética. Processo que permitiu a codificação da fala ou o alcance da escrita completa, tida como plena. A escrita fonética, ou fonográfica, tomou o lugar da *logografia*, sinais de palavras completas que

designavam o som do nome do objeto. Um processo que não foi evolucionário, mas resultado de uma necessidade social.

Com a escrita fonográfica, ou da escrita plena, criou-se símbolos que representavam entonações, os sons da fala, de emoções, para isso inventou-se símbolos de pontuações, registrou-se as novas ideias, coisas que ainda não haviam acontecido, representou-se por escrito os tempos verbais e as circunstâncias de situações que geraram o fato registrado. Nascia com essa escrita fonética uma gramática própria para a precisão do que era escrito ou lido, com possibilidades da alteração de sentidos, a depender da intenção de quem escrevia ou do modo do como esse escrito era lido. Habilidade alcançada pelo uso intencional da pontuação e de acentuações adequadas. Compreender essas nuances passou a ser habilidade pensada, refletida. Ler e escrever já não são mais ação simplória, passou a sugerir competências próprias, habilmente desenvolvidas.

Se antes qualquer um poderia ser o responsável pela alfabetização, agora, com essa complexidade, cobram-se domínios do funcionamento desse sistema para se ler e escrever. E, também, o uso de caminhos metodológicos que facilite e encurte o tempo necessário do ensino desta arte, chamada de alfabetização. A alfabetização deixou de ser um trabalho para leigos, mas ação adequada para professores capacitados. Provocação que levou vários estudiosos a propor caminhos metodológicos concebidos como adequados para a aquisição dessa habilidade sem truques, devaneios ou perda de tempo. É dessa busca por um método adequado para a alfabetização que se formaram, ao longo de séculos e de diversas experiências de lecionar a ler e escrever plenamente, os métodos sintéticos ou globais de ensino. Caminho que se fez mais confuso quando somado às discussões sobre os complementos da alfabetização com o letramento, a primeira de ordem escolar e o segundo adquirido de convivências sociais em sociedades letradas. Como se ainda esse emaranhado não bastasse, o próprio conceito do que é está alfabetizado ou não, numa sociedade que se faz cada vez mais grafocêntrica, tornou-se difuso.

Essas contendas compõem parte do universo que ocupam as preocupações dos que tornaram a alfabetização um campo de trabalho específico, e são também as que permeiam as buscas deste artigo, que tem o objetivo de fazer um *detour* pelos métodos de alfabetização mais praticados no Brasil, com visitas às contribuições da Base Nacional Comum Curricular (2019) e a dos Parâmetros Curriculares da Educação Infantil (2006), tendo apoio na observação de uma prática de alfabetização, vivenciada com crianças, numa escola pública de João Pessoa (PB). Um trabalho delineado como pesquisa exploratória, seguindo as

recomendações de Gil (1999, p. 43), que tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

## **METODOLOGIA**

Para perceber a influência de demandas sociais nas representações criadas pelo homem que levaram a invenção da escrita e da presença de aspectos políticos nos modos metodológicos de ensino praticados ao longo da história, tendo como referência a prática de uma professora de alfabetização com crianças de uma rede pública de ensino na cidade de João Pessoa (PB), considerando aspectos da Base Nacional Comum Curricular (2019), colamo-nos ao objeto em análise, a alfabetização, e nos confundimos ao cenário observado, porque toda análise tem em si presente marcas de quem o observa. Espelhamento singular porque há presente nos estudos interpretativos as estruturas de raciocínio que marcam o estudioso ao seu universo de conhecimento, determinando seus achados. Descobertas que podem ser alteradas a partir de outros pontos de vista ou de novas estruturas de raciocínio. Como atesta Köche (2005), percebemos a investigação científica como um processo, como racionalidade datada, não neutra, atrelada a uma teoria metodológica que produz pontos de verdades provisórias.

Buscando compreender a alfabetização, quando ela surge, analisando contribuições de civilizações diversas que modificaram seus signos e gramática, bem como as razões dos desencontros acerca dos métodos do como ensina-la, entendemos que tudo o que nos restava, para este momento de análise era descrevê-la, como parte de um estudo exploratório, conforme explica Gil (1999), que inclui o levantamento de obras que esquematizaram a história da escrita e da alfabetização desde sua invenção, com o cuidado de trazer para a realidade brasileira, mais precisamente para realidades da alfabetização com crianças nordestinas, paraibanas, na cidade de João Pessoa (PB), com o objetivo de proporcionar uma visão geral do quiproquó no qual mergulhou a alfabetização nos dias de hoje.

## **DESENVOLVIMENTO**

Hoje é muito comum haver confusões em torno dos conceitos de letramento e de alfabetização e dúvidas em torno de quais dessas habilidades apresentam-se primeiro para crianças, jovens e adultos que vivem em ambientes grafocêntricos. Essa situação que é atual

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

transparece nas publicações que marcaram os primeiros anos do século XXI. No esforço de dissipar prováveis dúvidas, Soares (2003) retoma o conceito de alfabetização e o faz distinguindo-o do de letramento. Conforme ela, a alfabetização não pode assumir um significado tão abrangente e nem se estenderia por toda a vida e também não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita.

Ainda, segundo ela (idem), a alfabetização não é equivalente ao aprendizado da língua materna, quer escrita, quer oralmente, pois este é um processo permanente, nunca interrompido. O termo alfabetização, se concebido em seu sentido próprio, equivale ao “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2003, p.15). Por esta compreensão, a alfabetização abrange o domínio da “mecânica” da língua escrita, equivalente à habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e também a de decodificar a língua escrita em língua oral (ler). Dito isso por outras palavras, ainda nas palavras de Soares (2003, p.16), “A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler)”.

Seguindo essa compreensão, a alfabetização é diferente da captação de gestos, da interpretação de desenhos, ou da leitura de um objeto, ela é a tradução oral de forma precisa de uma combinação padronizada de códigos e símbolos, configurada como letras, números e alguns sinais ou, exatamente a ordem inversa disso, a codificação escrita de algo que possa ser contado, produto de uma comunidade geográfica ou social. Com essa compreensão, alfabetizada será a pessoa que tem a capacidade de ler e entender a mensagem escrita e de ser capaz de escrever de modo que outra pessoa possa entender o que foi escrito. Para Soares (2003, p.18),

(...) uma teoria coerente da alfabetização deverá basear-se em um conceito desse processo suficientemente abrangente para incluir a abordagem “mecânica” do ler/escrever, o enfoque da língua escrita como um meio de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia em relação à língua oral, e, ainda, os determinantes sociais das funções e fins da aprendizagem da língua escrita.

A palavra escrita tem uma ordem própria, se trocados a ordem das letras as palavras podem ser outras, alta e lata contêm as mesmas letras, mas são palavras distintas. Algumas palavras apresentam o mesmo som, mas são escritas com letras diferentes e, às vezes, uma vírgula pode modificar todo o sentido de uma afirmação. Há uma regularidade ortográfica; uma gramática a ser seguida; o como se escreve uma palavra no singular e outra no plural; letras que diferenciam o masculino do feminino; etc. Esses aspectos, na alfabetização, se somam a pronúncia certa das palavras escritas. Tudo isso indica que a alfabetização tem o seu lado técnico, além de ser produto de uma cultura contextualizada. A alfabetização não é uma

habilidade, mas um conjunto delas. E acontece melhor quando for ação escolar. Além disso, a leitura e a escrita assumem funções sociais nas diferentes transações da vida cotidiana que se utilizam da leitura e da escrita.

Assim, mesmo que a alfabetização seja resultado de uma ação escolar, ela não deixa de se cruzar com atividades diárias que cobram letramentos e habilidades escolares. O letramento vem do convívio com símbolos grafados presentes nos mais diversos lugares da vida moderna, desde os sinais de trânsito, produtos oferecidos em supermercados, videogames, aparelhos celulares, eletrodomésticos, etc. De modo que, hoje, alfabetizações e letramentos se misturam.

Essa convivência com produtos que trazem em si representações escritas nas suas mais diferentes formas deveria facilitar o trabalho do alfabetizador. Porém, o que se tem visto é um baixo desempenho escolar nos primeiros ciclos do ensino fundamental, o que inclui o ciclo da alfabetização, mesmo que as pessoas convivam com o mundo letrado e tenham diferentes graus de letramentos. O fracasso escolar seria responsabilidade do educador? Dos métodos utilizados? Dos materiais didáticos oferecidos? Ou da desmotivação de pessoas para com os estudos?

O Ministério da Educação, em 2019, como parte da investida bolsonarista, decidiu que o problema do fracasso da alfabetização estaria no uso de abordagens globais de ensino, e propôs para todo o país a opção sintética do uso fonético de alfabetização. De nossa parte, sabemos que os modos de se ensinar, como objeto de estudo da Didática, nem sempre estão preocupados com os conteúdos do ensino. E por que seriam esses os responsáveis pelo fracasso do ciclo de alfabetização? Esse quiproquó nos fez retomar, ao logo da história, as tentativas metodológicas exercitadas pela alfabetização. Porém, antes, verificamos quais conteúdos devem ser próprios ao período da alfabetização. Pela Base Nacional Comum Curricular (S/D), a alfabetização se dá entre o primeiro e o segundo ano do Ensino Fundamental. Sendo esse o foco da ação pedagógica nessa etapa de escolarização.

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BNCC, S/D).

Pela BNCC, as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização devem habilitar o estudante a:

- Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
- Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
- Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento).

O documento ainda reconhece que o processo de ortografização em sua completude pode ultrapassar os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Porém, para que essas habilidades aconteçam ao estudante, o docente necessita optar por um plano de trabalho no qual a metodologia de ensino é parte. Analisando a evolução histórica dos métodos de alfabetização, deparamo-nos com estudos de Araújo (1996) que dividem a alfabetização em três grandes períodos: o primeiro que teve início na Antiguidade, quando foi criado o método da soletração; o segundo se inicia no século XVI, quando se diferencia os métodos sintéticos dos analíticos; e o terceiro foi iniciado em 1986, pela divulgação da teoria da Psicogênese da língua escrita.

Ainda como parte de nossa análise, aprendemos de Marrou (1990) que na Antiguidade a habilidade de ler, de escrever e de fazer cálculos matemáticos iniciais exigia muita dedicação ao estudo. Ia-se da parte ao todo. Primeiro era necessário se decorar o nome das letras pela ordem alfabética sem ainda ver-lhes as formas. Às vezes isso era feito cantarolando. Depois eram apresentadas as letras em maiúscula, depois o alfabeto minúsculo, e a seguir as letras cursivas. Aprendia-se primeiro o nome das letras, depois, com as letras, formavam-se sílabas, com as sílabas formavam-se palavras e com as palavras construía-se os textos. Segundo Marrou (1990), era um programa de estudo limitado, mas que exigia muito tempo e dedicação. Aprender a ler era tido como um poder misterioso e mágico. Além das letras que serviam para notar, estudavam-se os algarismos e as notas musicais.

Mas, com a chegada da Idade Moderna, enquanto o protestantismo e o capitalismo estavam se firmando, na intenção de se ensinar tudo a todos, o método da soletração foi julgado longo e difícil, por isso reinventou-se o método da soletração, criando-se o método fônico, que ao invés de se ensinar o nome das letras (efe, ele, eme), ensinavam-se o som delas (fê, lê, mê, etc.). Apesar dessa mudança, o método fonético também se mostrou desastroso, queria-se maior velocidade nas aprendizagens da alfabetização. Estudiosos da língua, à época, afirmaram que, em muitos casos, a língua é silábica, sendo a sílaba a menor unidade

pronunciável da palavra. Por isso, na França, indo-se contra a soletração, inventou-se o método silábico. Por esse caminho, primeiro ensinava-se o nome das vogais, depois aparecia a vogal junto com uma consoante, aprendia-se a ler a combinação da vogal com a consoante enquanto sílaba, sem se preocupar com a explicação do nome ou do som da consoante. Na sequência, liam-se palavras feitas com as sílabas estudadas. Seguindo-se assim, adiante. Recentemente, em 2019, o método fonético foi recomendado pelo Ministério da Educação (MEC) como prioridade para o Brasil.

Na busca de se achar um método eficiente para a alfabetização, Comenius (1592-1670), em 1655, em sua obra *Orbis Pictus*, lançou o método iconográfico, que associava uma palavra-chave a uma imagem. E, em 1787, o gramático Nicolas Adams (1716-1792) começou a defender o uso de métodos globais. Para ele, tudo deveria ter significado, logo, a alfabetização deveria ser começada por palavras inteiras, para depois serem decompostas em sílabas e depois em letras. Mendonça & Mendonça (2008) contam que depois da criação do método da palavração, foram criados os métodos da sentencição, que se inicia com frases inteiras ou com contos. Os métodos da soletração, o fônico e o silábico são sintéticos, vão de uma unidade menor rumo à maior. Os da palavração, da sentencição e o de textos, são métodos analíticos ou globais, caminhos de ensino que partem de um todo para depois analisar partes específicas componentes desta globalidade.

De qualquer forma, para Ferreiro e Teberosky (1985) a questão não está no método de ensino, pois todos eles negam o sujeito que busca aprender. Os métodos se fecham em seus próprios caminhos, como técnica particular. Não percebem que o sujeito que busca se alfabetizar traz consigo ideias e hipóteses acerca da escrita e suas funções sociais. Constatação válida tanto para crianças quanto para adultos.

As revelações de Ferreiro e Teberosky desconstruíam as certezas prometidas pelos métodos de ensino. Elas buscavam valorizar o processo de construção do conhecimento pelas pessoas interessadas em aprender. Isso feito sob a assistência de um professor. Ocasão que gerou grandes conflitos metodológicos entre os docentes. Alguns, por conta própria, decidiram abandonar o uso das sílabas no processo de alfabetização, acreditando que crianças ou adultos chegariam a ler sem esse auxílio. Numa análise feita por Mendonça & Mendonça (2008), houve equívocos em algumas orientações pedagógicas que tentavam combater as atividades mecanicistas feitas em sala de aula. Para Ferreiro (1992) a alfabetização é um processo dinâmico que envolve pessoas em constante construção de sistemas interpretativos, que pensa, raciocina, interpreta, inventa, porém sem negar a alfabetização como um artifício de decodificação de sinais gráficos que transforma grafemas em fonemas e de transformação

de fonemas em grafemas. Operação que é individual, mas vinculada a uma convenção acordada, que pede raciocínio, abstração e memorização.

Sabe-se que o construtivismo e a Psicogênese não são métodos de ensino, nem se ligam necessariamente à alfabetização. Por isto, ainda na visão de Mendonça & Mendonça (2008), a alfabetização é um conjunto de habilidades que precisa ser ensinada.

Ainda como reflexão sobre os métodos de alfabetização, Ireland (2017) conta que ela, em conjunto com uma equipe de professores da Universidade Federal da Paraíba, pensando sobre qual método utilizar no Projeto Escola Zé Peão, uma experiência de alfabetização de adultos para operários da construção civil de João Pessoa (PB), perceberam que a questão do método, a rigor, não resolveria uma tomada de decisão em favor de uma nomenclatura, fosse esse sintético, analítico, global, fonético, alfabético, silabação, palavração, frases ou contos. Todos esses métodos representam modelos ideais e nenhum deles esgota a complexidade do processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. De um modo geral, na visão dela, todos eles incorporam, em algum momento, com maior ou menor ênfase, o que o outro método anuncia – ora a letra, ou a palavra, a frase, o conto. O que os distingue é a ordem em que esses focos aparecem. Foi preciso desmistificar a questão do método de alfabetização. Fugindo do idealismo prometido por qualquer método, buscou-se agir por princípios norteadores. O primeiro deles foi o “princípio da contextualização”, que levava em consideração a realidade vivida pelos operários-alunos. A maioria deles permanecia morando no interior do estado, vieram para a capital na busca de trabalho. Muitos eram casados. Traziam diferentes competências, exercitadas na realização de trabalhos profissionais, que eram discutidas e aproveitadas no processo de alfabetização. O segundo princípio foi o da “significação operativa”, efetivada na busca cotidiana de sentido para o que se fazia e o porquê se fazia. Havia uma reunião semanal com os professores e a coordenação do Projeto, onde se discutia saberes sobre alfabetização, escolhiam-se os temas de estudo, e havia comparações e reflexões das práticas vivenciadas em sala de aula com as teorias estudadas. Exercitava-se a prática da reflexão-ação-reflexão. Das lições tomadas, estabelecia-se a nova ação. E como terceiro princípio o da “especificidade escolar”. Como se tratava de uma escola de alfabetização que acontecia dentro dos canteiros de obras no turno da noite, era preciso se garantir que os operários-alunos saíssem da experiência lendo e escrevendo textos. Aspecto que cuidava da “alfabetização *strictu senso*”, conduzindo-os do mundo da oralidade ao universo da lecto-escrita.

Tendo presente esse detour pelos caminhos metodológicos exercitados no processo de alfabetização, partimos para a observação de uma experiência de alfabetização vivenciada

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

com crianças, numa escola pública da cidade de João Pessoa (PB). Observamos que a docente faz uso de diversas dinâmicas, começa suas aulas com a escrita de um bom dia no quadro de escrever, da leitura da data do dia, faz uso de calendários para ensinar números, utiliza-se de jogos para exercícios matemáticos, aproveita canções para motivar as crianças a falarem sobre diversos assuntos, e, a cada nova sílaba estudada há uma imagem de reforço que lembra o som da nova sílaba. Estudam-se as sílabas, as vogais e o alfabeto. Ela sempre elogia as crianças, dando-lhes autoconfiança e autoestima. Quase todas, a partir desse trabalho, de acordo com nossas observações, já escrevem, reconhecem os números e leem, sem necessariamente precisarem de ajudas. Como dito pela professora, são crianças inteligentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos estudos feitos, aprendemos muito com Soares (2003), quando diz que a alfabetização, em seu sentido restrito, é a aquisição do sistema alfabético e ortográfico da escrita. Uma base necessária para a vida em sociedades grafocêntricas, tanto para atividades domésticas quanto para as relacionadas ao mundo do trabalho e do lazer, um instrumento válido para crianças, jovens e adultos. Compreendemos que a alfabetização é uma atividade de cunho escolar que não se desvincula do letramento, este último fruto das cobranças e vivências sociais e que os dois são processos simultâneos e interdependentes. Do detour feito sobre os diversos métodos de alfabetização, os sintéticos e os globais, concordamos com Ireland (2017), quando ela informa que esses, de uma forma ou de outra, necessitam levar o alfabetizando a identificar letras, sílabas, ler palavras, compreendê-las no contexto de uma oração e ser capaz de produzir textos com sentido para que outros possam lê-los. Da experiência observada por nós, mesmo que esta possa ser identificada como silábica, deduzimos que ela vem dando certo, apesar de ser criticada pelos construtivistas e de ser vivenciada numa escola pública, hoje tão detonada pela cultura privatista reinante em nosso país. Como afirma Ireland (2017), a questão do método para experiências de alfabetização pode ser ainda uma questão não resolvida. De qualquer forma, defendemos que a alfabetização deveria ser iniciada na infância, como pilar importante do âmbito escolar. Noção que, pela complexidade que reúne, alia-se ao desenvolvimento da sociedade em mundos escritos, aos encontros do letramento com a alfabetização, tumultuada, às vezes, pelos conceitos imprecisos da própria alfabetização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito ainda a ser conhecido neste campo de estudo específico: a alfabetização. Fizemos este estudo exploratório na crença de que nosso entusiasmo deve continuar em estudos posteriores, observando não só a alfabetização de quem se inicia em processos de escolarização durante a infância, mas sem esquecer também que muitos brasileiros não gozam deste direito na infância, negados por uma razão ou outra, em consequência da desatenção do Estado, da família ou da sociedade. A alfabetização em sociedades grafocêntricas é um conhecimento básico necessário para quem se inicia no processo de escolarização e é uma das colunas fundamentais para aquisição e desenvolvimento de outras habilidades durante a vida. É um processo escolar que não deve ser negado a ninguém, que se mistura e se embebe a processos vividos fora da escola que alimentam os diversos tipos de letramentos. É preciso se formar os professores que atuam com alfabetização, para que sejam superados os insucessos nas práticas da docência nesse estágio da escolaridade. E mais, a alfabetização precisa ser assunto obrigatório para todos os cursos que capacitam pessoas para a docência no ensino fundamental.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. C. de C. S. **Perspectivas Históricas da Alfabetização**. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília (DF): Ministério da Educação. S/D. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) (Acesso em 16 set. 2019).
- CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá, bé, bi bó, bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 20 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FISCHER, Steven Roger. **História de escrita**. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: UNESP, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

KÖCHE, José Carlos. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos**. Petrópolis (RJ): Vozes; Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2005.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. 5 reimp. São Paulo: EPU, 1990.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.